

CRISE NO MERCADO COMUM

A saída dos delegados franceses da sessão noturna de ministros do Mercado Comum, reunidos em Bruxelas, causou de início em todos os 6 membros dessa instituição verdadeiro pânico — inclusive na França, onde industriais e agricultores se indagavam se eles também não deveriam pagar as conseqüências econômicas desta ruptura inesperada. O motivo imediato do gesto — igualdade dos preços agrícolas para os membros da Comunidade Econômica Européia (CEE) — parece já de somenos importância. O que conta agora é o perigo a que se expõe o Mercado Comum, considerado por diversos membros como um passo decisivo para a união política dos “Seis”.

Sem dúvida, esta concepção, antes política que econômica, influenciou também sobre a decisão do governo francês, que jamais escondeu sua opinião a respeito: a realização de uma união política dos países membros da comunidade econômica, mesmo que desejável, seria prematura. Há ainda outras divergências. O chefe de Estado francês insiste em sua fórmula de “Europa européia”, o que quer dizer: uma Europa independente das ingerências americanas, mas não her-

méticamente fechada para o Leste — fórmula combatida pela maioria dos outros associados da CEE.

Êstes grandes problemas de ordem política, sobre os quais não se chegou sequer à proximidade de uma solução, envenenaram pouco a pouco a atmosfera e tornaram difícil o tratamento das questões econômicas. Todavia, até o início de julho de 1965, sempre se chegava a um compromisso e quando as diver-

gências eram demasiadamente grandes, adiava-se o debate sobre o assunto. Desta vez, não se trata, para os problemas puramente econômicos, de adiamento, ou de crise apenas, mas de bloqueio.

A AUSÊNCIA DA FRANÇA

Por certo, os serviços da CEE, em particular a Comissão Executiva do Mercado Comum em Bruxelas, que em alguns anos se transformou num gigantesco aparelho burocrático ocupando mais de mil pessoas, continuam a funcionar e a despachar os assuntos correntes. Mesmo os funcionários franceses conservaram os seus lugares. Mas, evidentemente, a engrenagem do aparelho ficará defeituosa se o bloqueio se prolongar. Isto porque tôdas as decisões importantes da CEE devem ser tomadas unânimemente. A ausência dos representantes franceses não significa, portanto, simples lacuna, mas sério obstáculo.

Não é possível expulsar a França e restringir-se a uma organização dos "Cinco", ao invés dos "Seis", sem destruir o aparelho todo, tanto mais quanto boa parte da opinião na Alemanha, notadamente os partidários do ex-chanceler Adenauer, são contra uma ação desse tipo. E como a França e a Alemanha representam mais da metade de todos

os negócios que se referem ao Mercado Comum, uma CEE sem seus dois principais membros perderia o prestígio e razão de ser, pois os três países menores — Holanda, Bélgica e Luxemburgo — já estão ligados entre si pelo "Benelux".

Que fazer então? Uma capitulação pura e simples diante da França parece inadmissível aos outros países membros e mesmo impossível, visto como a França não deseja mais nada. O primeiro-ministro francês declarou que a França abandonou a CEE porque está desinteressada do Mercado Comum. Seria preciso, portanto, encontrar alguns argumentos palpáveis para de novo convencer os franceses da sua utilidade.

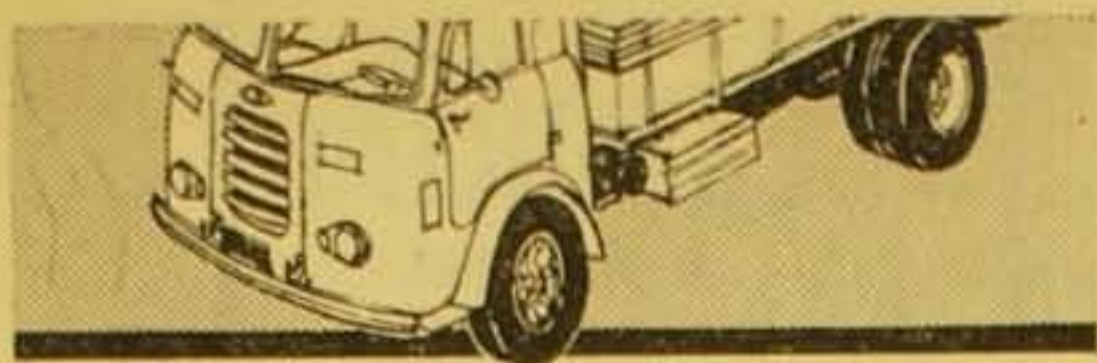
Não basta repetir o que já se disse inúmeras vezes: que o intercâmbio entre os "Seis" aumentou mais rapidamente do que o comércio mundial. Isto é verdade, porém é um argumento equívoco, pois as trocas comerciais dos países membros do mercado comum consistem principalmente de produtos acabados e semi-acabados, com preços em alta, enquanto o comércio dos "Seis" com os outros países abrange as matérias-primas cujos preços permaneceram baixos em relação aos dos produtos transformados.

Além disso, a França não é grande beneficiária do Mercado Comum. Este lugar cabe à Alemanha, de quem a França é um dos melhores clientes. O deficit da França no comércio franco-alemão em 1964 ultrapassou 1 bilhão de francos e contribuiu muito para sua balança comercial desfavorável. Sem dúvida, a redução dos direitos alfandegários para os países membros facilitou a entrada de diversas mercadorias francesas em outros países do Mercado Comum, mas para numerosos outros produtos, por exemplo automóveis, a diminuição dos direitos aduaneiros fez, na França, crescer mais as importações do que as exportações.

ALTA DOS PREÇOS

A redução alfandegária, que para os produtos industriais chegou até 70%, falhou inteiramente em relação ao efeito esperado sobre os preços. Às vésperas da abertura do Mercado Comum, todo mundo pensava que, com a ampliação do mercado e do faturamento nos negócios mais importantes, os preços baixariam. Tal queda teria correspondido às teses fundamentais da economia liberal e foi um dos argumentos mais atraentes para os consumidores.

Na realidade, o efeito do "grande mercado para 160 milhões de habitantes" foi bem diverso. O



UM ÓLEO IDEAL PARA MOTORES DIESEL



um produto da
COMPANHIA
BRASILEIRA
DE PETRÓLEO
IPIRANGA

mercado ampliou-se, mas enquadrado e protegido pelos direitos alfandegários "externos", aplicáveis aos países não membros. Este sistema de preços duplos, para membros e não membros, e a procura acrescida dos países membros permitiram aos produtores do Mercado Comum não só manter como majorar os preços. Eles tendiam a igualar-se, mas em nível elevado; por exemplo, os preços nos Países-Baixos se adaptaram aos da Bélgica, antes sensivelmente mais altos. Apesar de sua fachada de livre intercâmbio, o Mercado Comum se tornou cada vez mais um cartel internacional, em que os pre-

ços eram determinados pelos custos de produção das empresas marginais, enquanto as mais modernas e trabalhando, por conseguinte, a custos mais baixos, gozavam de uma renda extra.

Nestas condições, o custo da vida nos países do Mercado Comum subia continuamente e os salários se adaptaram à alta dos preços, o que constituía novo motivo para majorar os preços e assim por diante. Em síntese, os países do Mercado Comum apresentavam, não obstante a estabilidade das taxas cambiais de suas respectivas moedas, sinais típicos de inflação. Os franceses, que acabavam de estabilizar o valor externo de sua moeda, estranhavam particularmente este efeito inesperado do Mercado Comum.

Tais observações indicam que o Mercado Comum, longe de haver alcançado os objetivos para os quais foi criado, necessita de séria revisão. A paixão dos seus dirigentes pela política, sua atitude hesitante em face dos problemas agrícolas e sua preferência pela indústria não são os únicos males de sua atividade. Se a saída espetacular e, como todo mundo espera, temporária da França der impulso às reformas necessárias da instituição de Bruxelas, a ação francesa não terá sido em vão.